

três contratos por descumprimento de cláusulas contratuais. O pesquisador Rafael Salomão, representante do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG faz algumas considerações quanto ao Relatório de Gestão apresentado e solicita que se faça a correção no organograma do Idelor-bio, inserindo a Comissão Estadual de Floresta – Comef como colegiado de gestão. Fez ainda um questionamento quanto à referência ao MPEG no referido relatório, como executor do Projeto de atualização da lista de espécies ameaçadas de extinção e dentro daquela instituição se desconhece qualquer avanço. O Presidente Thiago Valente Novaes esclareceu que não houve avanço para a parceria visto a impossibilidade legal de recepção do recurso do Fundef or pelo MPEG sem a intervenção de uma Fundação de Amparo. Manifestaram-se os membros Deryck Martins, Evaristo Terezo, representante da Associação das Indústrias Exportadoras de madeira - Aimex, e Nilma Sarmento, pedindo cautela no desenvolvimento do projeto, para o envolvimento de todas as instituições de pesquisa com acúmulo no assunto. O pesquisador Rafael Salomão sugere como encaminhamento para a formalização da parceria com o MPEG, que a interiorização do recurso ao MPEG seja feito junto ao Núcleo de Inovação Tecnológica daquela instituição. O Senhor Dilson Frazão, membro representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará – FAEPA, o Senhor Dilson Frazão sugeriu a formalização de um grupo de trabalho com um acordo com todas as partes envolvidas via termo de cooperação e o Idef or-Bio assume a gestão do recurso financeiro, com apresentação de resultados parciais ao longo dos trabalhos. Assim, ficou estabelecido em plenária que o Idef or-Bio formalizará um Grupo de Trabalho com os pesquisadores e instituições envolvidas, institucionalizando via Portaria. Pediu a palavra a Senhora Vânia Carvalho, membro representante do Fórum da Amazônia Oriental - FAOR manifestou preocupação com relação entre as empresas concessionárias e comunidades do entorno, questionou se a Empresa concessionária RXX Mineração e serviços executa algum estudo de mineração no local, o que foi esclarecido pelo presidente que a empresa faz exclusivamente manejo florestal e que qualquer denúncia de atividade não ligada a exploração madeireira deve ser encaminhada ao Idef or-Bio para apuração. Ainda em contribuição ao relatório de gestão do Idef or-Bio, Vânia manifestou que as metas estabelecidas pelo Idef or-Bio para o reforestamento de áreas alteradas no Estado do Pará parecem diminutas diante o passivo ambiental que o Estado possui. Thiago Valente Novaes esclareceu que 1.500 hectares parece pouco, mas o trabalho de recuperação é imenso, pois estas áreas estão espalhadas em todo o Estado e sendo uma atividade desenvolvida com os agricultores familiares isso tem um custo altíssimo para o poder público. Vânia sugeriu que usem as casas familiares rurais para envolver outros atores e aumentar a capacidade de produção e as metas de Sistemas Agroflorestais - SAFs implantados. Pediu a palavra a Sra Nilma Sarmento que reiterou a sugestão já feita à Comef para que se produza uma campanha ampla de divulgação e de informação que incentive o manejo florestal, trazendo visibilidade para o bom uso da floresta, corroborado pelos membros Deryck Martins, Evaristo Terezo e Lucas Mazzei da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Após o debate, passada a palavra a Diretora do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – Fundef or, a Sra. Zilma Patrícia Nascimento fez a apresentação da proposta do Plano de Aplicação Fundef or para o ano de 2018. O membro Senhor Deryck Martins manifestou que lhe parece inaceitável o uso de menos de 60% do recurso do Fundef or todos os anos e que se deve fazer um exercício para ver onde que se pode melhorar e ser mais eficiente. Completa ainda que é necessário dar transparência ao uso dos recursos da tarifa de reposição que no relatório de gestão do Fundef or e no Plano de Aplicação não aparece nenhum uso. Reitera a solicitação de anos anteriores para que sejam respeitadas as linhas de fomento linha prioritárias do Fundef or definidas pela lei estadual nº 6.963/07, para que seja dada oportunidade de uma linha ligada ao setor produtivo. Reiterou o quanto é importante um estudo de viabilidade de exploração e logística para o sucesso das concessões florestais,

como no caso de Monte Alegre, onde está a Flota Paru, que mantém três contratos que não houve exploração e por isso o município de Monte Alegre não receberá qualquer ativo no exercício 2018. A Sra. Zilma esclareceu que a tarifa de reposição não foi aplicada e por isso não aparece nos relatórios de gestão. Em contribuição ao documento, o Senhor Lucas Mazzei sugere que haja uma rotina de acompanhamento de execução dos projetos apoiados pelo Fundef or, mesmo que eletronicamente e a cada dois ou três meses. A promotora Lilian Braga, membro representante do Ministério Público Estadual – MPE manifesta que é importante esclarecer quais as dificuldades de operação das empresas situadas em Monte Alegre e informa que o MPE tem feito um acompanhamento do uso dos recursos transferidos aos municípios. O Presidente Thiago Valente Novaes esclarece que as empresas concessionárias do Paru, Semasa e Rondobel não operaram em 2017, pois a quebra de algumas cláusulas contratuais pela Semasa dificultou a manutenção do contrato e a empresa Rondobel teve a sua autorização de exploração e transporte florestal - AUTEF liberada tardiamente e por decisão da empresa não executou nenhuma exploração. Zilma esclareceu que há uma minuta em estudo no Fundef or para que a transferência aos municípios seja fundo a fundo, garantindo que os recursos transferidos sejam utilizados para fins específicos de apoio a projetos sustentáveis. Lilian Braga sugere que se encaminhe ao Procurador geral do MPE uma solicitação formal do Idef or-Bio para que aquele MPE acompanhe o bom uso dos recursos repassados aos municípios, enquanto a lei não muda. O membro representante do Conselho Nacional dos Seringueiros, Sr Atanagildo Matos deu ênfase a baixa aplicação dos recursos do Fundef or e sugere que verifiquemos meios mais eficazes de utilização do mesmo, pois parece que a burocracia na aplicação do recurso tem sido responsável pela baixa aplicação. No mesmo tema o Sr. Lucas Mazzei chama a atenção para o projeto de restauração florestal que sempre aplica a totalidade do recurso destinado e vale a pena saber a metodologia de aplicação e tornar o Fundef or mais eficiente. Lucas sugeriu ainda que, assim como os projetos oriundos de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI e de Chamadas públicas que compõem o Plano de Aplicação do Fundef or, devemos utilizar outras formas de ganhar escala com as organizações não governamentais, já que a capacidade operacional do Idef or-Bio é limitada. Chamou atenção novamente para a necessidade de publicização do manejo florestal e sua produção, do bom uso da floresta e vê que o Idef or-Bio deve capitanear isso, inclusive com a valorização do trabalho do Fundef or no uso e conservação da floresta. Recomendou que o Idef or-Bio reative a câmara técnica setorial de floresta, para subsidiar os debates de construção de melhores indicadores para o Idef or-Bio e para o setor produtivo, o que foi acatado pelos membros e presidência. Foi passada a palavra à servidora da Diretoria de Gestão de Florestas Públicas - DGFlop, Sra Iranilda Moraes, que apresentou os principais pontos da proposta de uso dos recursos oriundos das concessões florestais federais, repassados pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA via Serviço Florestal Brasileiro SFB para a instalação do Centro de Treinamento na Gleba Curumucuri, mediante a apreciação do e aprovação do Plano de trabalho. Após alguns esclarecimentos quanto à forma de gestão e operacionalização do Centro de treinamento o pleno deliberou pelo envio do plano apresentado ao Serviço Florestal pleiteando o recurso referente à parcela que cabe ao Estado do Pará oriundo das concessões florestais federais. Nilma e Rafael Salomão esclarece que é muito importante a formação de mão de obra local, como a formação dos moveleiros na região do Centro de Treinamento, que terá forte impacto na região. Dando prosseguimento à pauta foi apresentado a versão 1.0 do Sistema de Informação de Gestão de Contratos de concessão florestal pelo Senhor Ronan Mendes da empresa TagTree, contratada para este fim. Algumas dúvidas como mencionada pelo Delegado Marcos Lemos, membro representante da Secretaria de Segurança Pública - SEGUP para que se tenha uma plataforma pública capaz de dar transparência aos dados das concessões, com acesso irrestrito a todos (sociedade civil; Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão;

servidores públicos e etc.), sem a necessidade de obtenção de login e senha, atendendo ao princípio da publicidade que deve nortear os atos administrativos. O Presidente e o Senhor Ronan Mendes deixaram à disposição contato para que os membros enviem sugestão para a boa construção do Sistema de gestão que será mais robusto. Em seguida, o Presidente passa a palavra para o Senhor Daniel Bentes, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia – SEDEME que por proposição da FIEPA na pauta “o que ocorrer” apresentou o programa setorial Floresta para a criação de um fórum de articulação e representação para que possa desenvolver o setor produtivo florestal, não somente o madeireiro, com a institucionalização de um núcleo de gestão com uma estrutura de governança e diversos eixos de ação. O Presidente manifestou total interesse em participar do programa e vê que muitos dos eixos se somam com as demandas aqui apresentadas nessa comissão, e coloca o Idef or-Bio à disposição do Prof oresta. Com o avanço da hora, o presidente retira da pauta a reestruturação da composição desta Comissão e solicita que os membros enviem por correio eletrônico suas sugestões para indicação de ocupação da cadeira da Unif or que fora extinta. Como encaminhamento a plenária decide que: 1) reativar a Câmara Técnica com a nomeação de novos membros e programar uma nova pauta e reunião; 2) A Secretaria da Comef deve manter a cada bimestre um boletim informativo de acompanhamento dos projetos aprovados e 3) Conselheiros devem fazer proposição de novos membros para ocupar a vaga da UNIFLOR para deliberar na próxima reunião. Após a conclusão da pauta o Presidente apresentou a nova Secretária da Comef, Lorena Fernandes, ligada ao gabinete do Idef or-Bio que irá apoiar as reuniões desta Comef a partir de então. Não havendo manifestação contrária, o Presidente declarou aprovada a ata da reunião anterior e o Plano de Aplicação do Fundef or para o ano de 2018, com as sugestões aqui registradas e declarou encerrada a reunião às 15:00h. Não havendo mais nenhuma manifestação, eu Zilma Patrícia Nascimento, neste ato secretariando esta Comissão Estadual de Floresta, lavro a ata e registro a presença dos membros titulares nesta reunião ordinária.

Zilma Patrícia Nascimento
Idef or Bio/Comef

Protocolo: 293691

PORTARIA Nº. 253 DE 19 DE MARÇO DE 2018

CONSIDERANDO o Memorando 016/2018 – DGMUC

RESOLVE:

Autorizar o afastamento do servidor Wendell Andrade de Oliveira, matrícula nº57176357, no período de 26 a 28/03/2018, com destino a Brasília. Objetivo: participar da oficina de apresentação da nova metodologia, incorporada pelo ICMBio, de elaboração de Plano de Manejo para Unidades de Conservação, promovido pelo Departamento de Áreas Protegidas (DAP/MMA), juntamente com a Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo do ICMBio (COMAN/ICMBio). As despesas de viagens serão custeadas pelo órgão promotor do evento PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

THIAGO VALENTE NOVAES

PORTARIA Nº. 254 DE 19 DE MARÇO DE 2018

CONSIDERANDO o Memorando 022/2018 – GRTUC/DGMUC

RESOLVE:

Autorizar o afastamento da servidora Jossandra Carvalho da Rocha Pinheiro, matrícula nº55585772, no período de 26 a 28/03/2018, com destino a Brasília. Objetivo: Participar da oficina de apresentação da nova metodologia, incorporada pelo ICMBio, de elaboração de Plano de Manejo para Unidades de Conservação, promovido pelo Departamento de Áreas Protegidas (DAP/MMA), juntamente com a Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo do ICMBio (COMAN/ICMBio). As despesas de viagens serão custeadas pelo órgão promotor do evento.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

THIAGO VALENTE NOVAES

Protocolo: 293806